

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Proc. de Termos Licitações e Contratos -

PARECER Nº: 0011/2016

PROCESSO:2016.02.000849

INTERESSADO: Secretaria de Saúde

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DA SAÚDE

ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratos Administrativos - Outras consultas em contratos administrativos

À Secretaria de Saúde,

Trata-se de consulta sobre eventual procedimento a ser adotado pela Secretaria de Saúde para fins de aferição da regularidade na prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS. Em suma, o que se questiona é a forma segundo a qual serão realizados os procedimentos tendentes à glosa de serviços prestados em desconformidade com o padrão formal / material do SUS.

Pelo que se extrai do detalhado e minucioso Ofício 217/2015 da Secretaria Executiva de Regulação em Saúde (fls. 5 a 12 dos autos), os questionamentos enviados à PTLC aparentam, ao menos em tese, encontrar resposta na própria consulta formulada. Sem qualquer tom de crítica – muito pelo contrário! -, o documento da Secretaria Executiva de Regulação em Saúde é tão bem elaborado que traz as respostas em si para os questionamentos formulados à PTLC.

Veja-se, de plano, que as questões formuladas dizem respeito à necessária processualização da atividade de glosa, sobretudo em consonância com os normativos do SUS que regulam a matéria e com a necessidade de formalização e notificação (ciência) do prestador interessado (e que tem sua atividade controlada / fiscalizada pelos órgãos municipais de gestão da Saúde, tal qual o ora Consulente).

Todo modo, um aspecto preliminar deve ser abordado para que se possa responder ao Consulente. É que a consulta aparenta basear a noção de “instauração de processo administrativo” apenas nos casos em que haja indícios de atuação notadamente ilegal e irregular (com “dolo” ou ânimo de atuar em desconformidade com os regulamentos e padrões do SUS); mais do que isso, parece que a consulta alinha a “instauração de processo administrativo” apenas aos casos em que se vislumbre uma potencial atividade sancionadora *a posteriori*.

Bem de ver, no entanto, que os sistemas de controle e fiscalização utilizados pela Secretaria de Saúde para acompanhamento de seus prestadores induzem a ilação de que toda a atividade de controle já é (e deve mesmo ser) processualizada. De fato, a partir do momento em que a Secretaria atua, de forma concatenada, sistematizada e com base nos padrões procedimentais do SUS, a fim de aferir a regularidade dos prestadores já se tem, de plano, uma atividade processualizada (ou, no dizer da própria consulta, uma atividade para a qual foi instaurado um processo administrativo).

A questão, assim, passa a ser a da necessidade de notificação / comunicação específica ao prestador acerca de suas eventuais impropriedades / irregularidades / ilegalidades em cada turno / fase de aferição de seus serviços pelo Município. Ao mesmo tempo, as questões parecem apontar para a discussão acerca da possibilidade ou não de o Município glosar pagamentos antes de notificar o prestador (ou sem notifica-lo).

De toda forma – e a partir de tal explanação preliminar acima –, eis as respostas para as questões formuladas (buscando-se objetividade nas mesmas).

1) Identificada inconsistência na prestação, por qualquer forma, o Município deve suspender o pagamento daquela prestação específica e, bem assim, notificar o prestador para que apresente justificativas ou conteste a aferição do Município. Em casos tais, o pagamento fica suspenso até que o Município “julgue” se as justificativas ou contestação do prestador merecem guarida. Tal atuação, na prática, é feita dentro do processo administrativo já instaurado (processo de fiscalização / aferição de prestação);

2) Serviços anteriores já pagos (competências anteriores) podem sim ser fiscalizados pelo Município a fim de se aferir a conformidade ou não aos padrões formais / materiais do SUS para fins de pagamento. Há, no entanto, a limitação temporal de que, salvo má-fé comprovada do prestador, apenas poderão ser “aferidos” os serviços prestados nos últimos 5 (cinco) anos, a teor do art. 54 da Lei Federal de Processo Administrativo, a saber:

Lei Federal 9.784/99 - Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Por oportuno, a ferramenta do sistema SUS de “Boletim de Débito de Pagamento – BDP” pode ser utilizada para recobrar eventual serviço pago e que

posteriormente tenha sido considerado irregular / não prestado a contento. Tudo isso, pois, mediante notificação ao prestador, conforme exposto no item 1 acima.

3) Vislumbrada irregularidade / ilegalidade a ensejar auditoria específica, os procedimentos acima devem ser seguidos. Se ainda não houve a aferição final da regularidade da prestação, tem-se a suspensão do pagamento (ver item 1 acima); se já houve o pagamento, segue-se o item 2 acima. Em qualquer dos casos, a notificação ao prestador é necessária, instaurando contraditório nos termos já acima expostos.

Tentando ser o mais objetivo possível, é o parecer.

À consideração superior.

Recife, 13 de abril de 2016

Bruno Santos Cunha
Matrícula 87.476-8